

# Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Marcia Aparecida Alferes**  
(Organizadora)

# **Qualidade e Políticas Públicas na Educação**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-96-3

DOI 10.22533/at.ed.963181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## **APRESENTAÇÃO**

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

**Marcia Aparecida Alferes**

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819127</b>	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>76</b>
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	
<i>Julyette Priscila Redling</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819128</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>89</b>
A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
<i>Tainá da Silva Bandeira</i> <i>Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9631819129</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>99</b>
A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i> <i>Eilizabeth Miranda de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191210</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>111</b>
A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)	
<i>Amilka Dayane Dias Melo Lima</i> <i>Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191211</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>125</b>
A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO	
<i>Leandro Aparecido de Souza</i> <i>Alberto Albuquerque Gomes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191212</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>132</b>
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	
<i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191213</b>	
<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>146</b>
ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i> <i>Renata Manuely de Lima Rêgo</i> <i>Victor Vasconcelos de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191214</b>	
<b>CAPÍTULO 15 .....</b>	<b>153</b>
APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL	
<i>Edson Ferreira Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>169</b>
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>181</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>192</b>
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>205</b>
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>221</b>
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>238</b>
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>244</b>
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>249</b>
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>253</b>
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.96318191224</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>266</b>

## AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS.

**Maurício José dos Santos Silva**

Universidade Federal da Grande Dourados –  
UFGD  
Dourados - MS

**Eugenia Portela de Siqueira Marques**

Universidade Federal da Grande Dourados –  
UFGD  
Dourados - MS

**RESUMO:** O presente trabalho tem o intuito de analisar as ações afirmativas voltadas para os acadêmicos indígenas nas instituições de ensino superior na cidade de Dourados. Para isso buscou-se analisar as próprias instituições de ensino, órgãos governamentais como a Fundação Nacional do Índio e organismos não governamentais (Fundação Ford – Projeto Rede de Saberes) que desenvolvem projetos voltados para apoiar a permanência dos indígenas no ensino superior. Para a realização da pesquisa adotamos a pesquisa bibliográfica e análise documental. Verificou-se que a maioria das ações afirmativas em curso atendem de forma pontual as demandas da população indígena. Todavia a articulação com as políticas de afirmação identitária e cultural são necessárias para a permanência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação superior. Indígenas. Ações afirmativas.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze affirmative actions directed at indigenous academics in higher education institutions in the city of Dourados. In order to do so, we sought to analyze the teaching institutions themselves, government agencies such as the National Indian Foundation and non-governmental organizations (Ford Foundation - Rede Saberes Project) that develop projects aimed at supporting the permanence of indigenous people in higher education. For the accomplishment of the research we adopted the bibliographical research and documentary analysis. It was verified that the majority of the affirmative actions in progress meet punctually the demands of the indigenous population. However, articulation with cultural identity and affirmation policies are necessary for permanence.

**KEYWORDS:** higher education. Indigenous people. Affirmative actions.

### 1 | METODOLOGIA

Para a escolha do tema, foram levados em consideração a grande oferta de ensino superior e a concentração populacional indígena na cidade de Dourados, MS, o intuito foi analisar as políticas públicas ofertadas aos estudantes indígenas.

A realização da pesquisa inicialmente

se deu através de um levantamento bibliográfico sobre políticas públicas, ações afirmativas e educação superior de forma transversal, assim como utilizou-se como base a legislação brasileira. Serviram como referenciais teóricos, Cordeiro (2008), Gomes (2001), Moehlecke (2002) e Paulino (2008), Amaral (2010), Marques (2010) entre outros. Foi realizado também um levantamento de dados referente às ações afirmativas oferecidas aos indígenas ao longo dos últimos anos na educação superior no município de Dourados, MS. Portanto, trata-se de um trabalho de cunho teórico tendo como recursos metodológicos o levantamento de dados através dos sites das instituições de ensino superior, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e arquivos disponibilizados pela Coordenação Regional da FUNAI e pelo Programa Rede de Saberes.

## 2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho tem como foco o segundo estado do país com a maior concentração populacional de indígenas, o Mato Grosso do Sul (MS), especificamente, no cone-sul do Estado, onde se localiza o município de Dourados onde há uma reserva indígena com cerca de 3.600 hectares, constituída na década de 1920, com cerca de 15 mil pessoas em situação de pobreza e sem condições de manter sua forma de vida tradicional, com a caça, a pesca e o plantio, pois o espaço é restrito. Isso impede o exercício da autonomia por parte dos indígenas e eles encontram na educação o caminho para buscar essa autonomia e melhorar a qualidade de vida.

As Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no município de Dourados são frequentadas por indígenas de todo o estado, além de alguns que vêm de estados como Mato Grosso e Amazonas. Muitos deixam suas casas na aldeia/reserva e pela primeira vez vão morar na cidade e enfrentam desafios diferentes do que estavam acostumados em seu cotidiano. Outro ponto a ser levado em consideração é quanto aos gastos que se tem para ser estudante universitário na atualidade, são livros (ou cópias), aluguel, alimentação, vestuário, além do transporte que, especificamente no caso de Dourados, as universidades públicas são localizadas fora do perímetro urbano, distantes aproximadamente 15 quilômetros do centro da cidade. Por conta de todas essas dificuldades, as ações afirmativas se fazem mais que necessárias.

O município de Dourados-MS conta com várias Instituições de Ensino Superior, sendo 02 (duas) universidades públicas, uma Federal (UFGD) e outra Estadual (UEMS), além de instituições privadas como o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) e a Anhanguera Educacional.

O avanço na educação escolar em contexto indígena chamou a atenção dos jovens para que atuassem dentro das aldeias como professores, gerando uma busca por formação acadêmica em diversas áreas, inclusive por cursos de licenciatura específica e intercultural. Brand (2011) fala sobre as demandas de uma escolarização

mais ampla e de acesso à universidade por parte da população indígena no Brasil.

Percebe-se a emergência de outro tipo de demanda, que nem é tão nova, mas vem crescendo e adquirindo novos contornos. Trata-se da crescente busca por formação em áreas como o direito, saúde e ciências agrárias, entre outras, como uma demanda das aldeias ou comunidades e não mais tanto de projetos pessoais de inserção fora das aldeias. Essa nova demanda é decorrente da percepção crescente das comunidades indígenas da importância de um ensino básico de qualidade nas suas aldeias, conduzido por professores índios, e do acesso às universidades, percebidas como espaços estratégicos relevantes em seus esforços de melhorar as condições de negociação, diálogo e enfrentamento do entorno regional (BRAND, 2011, p. 205).

O acesso à educação tem sido conquistado mediante muita luta dos movimentos sociais indígenas a partir dos ordenamentos jurídicos que lhes garantem uma educação diferenciada a fim de que os seus valores culturais sejam respeitados, sem deixar de lhes assegurar uma formação adequada e de qualidade.

A discussão sobre políticas públicas focalizadas, também conhecidas como ações afirmativas, na educação superior é uma questão recente no país, porém, Marques (2010, p. 76) afirma que “o marco histórico dessas políticas, em nível mundial, aponta que esses mecanismos foram utilizados em diversos países desde o início do século vinte”. Marques (2010, p. 77) menciona ainda a existência de ações afirmativas no Brasil anteriores às que conhecemos hoje, ao afirmar que: “a exemplo do Governo de Getúlio Vargas, em 1931, que exigia a contratação de, pelo menos, dois terços de trabalhadores nacionais por qualquer empresa instalada no país [...]”.

Dentre os vários autores que procuraram conceituar as ações afirmativas Joaquim B. Gomes (2001) contempla o pensamento dos demais afirmando que:

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas governamentais antidiscriminatórias baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos jurídicos de caráter reparatório e de intervenção ex post facto, as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas –isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário coletivo. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido –o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES, 2001, p. 40-41).

Ao falar sobre a educação superior, Cordeiro (2008) afirma ser este, um espaço de discurso que detém poder, pois produz conhecimento e o comercializa. Desta forma,

Ter acesso à educação, principalmente a superior, é adquirir formas de empoderamento, é assumir poder, é ter a possibilidade de ocupar novas posições na divisão social do trabalho, de classes. Saber é poder. Discurso é então, objeto de poder porque o realiza, constrói o poder (CORDEIRO, 2008, p. 83).

Caberia, portanto, aos indígenas requerer uma maior participação na educação superior visando também adquirir esse empoderamento e essa mobilidade social. Wagner R. Amaral (2010) afirma que a busca do direito à educação superior pelos povos indígenas, se deu devido ao fortalecimento das organizações e movimentos indígenas no país e sua conscientização para a necessidade de formação em nível superior de indígenas para atuarem nas áreas de saúde, educação e para a gestão dos territórios. Outro ponto levantado pelo autor é a crescente busca por educação básica nas terras indígenas, que juntos foram os elementos indutores da política de educação superior para indígenas nas décadas de 1990 e 2000, onde:

A ampliação do ensino fundamental e o fomento à implantação do ensino médio nas terras indígenas têm provocado a necessidade de formar e qualificar professores indígenas que venham a atender a essa demanda. Por outro lado, ao pautarem o ensino superior público como direito e como possibilidade de afirmação e de sustentabilidade de seus territórios, os povos indígenas passam a buscar possibilidades técnicas e profissionais para além da formação de professor (AMARAL, 2010, p. 65).

Importante ressaltar que essa busca se fortaleceu a partir do advento da Constituição cidadã, que traz “reconhecimento legal e a construção social e política dos sujeitos indígenas na relação entre estes, o Estado e a sociedade nacional” (AMARAL, 2010, p. 67).

Os dados sobre o número de acadêmicos indígenas no país crescem ano após ano, como podemos ver pelos dados de Mato Grosso do Sul, que em 2006 tinha em torno de 390 acadêmicos indígenas e, em 2008, estimavam-se em 600 estudantes indígenas nas diversas IES. Em 2010 passava de 700 indígenas em MS cursando nível superior e, em 2011, chegou-se aos 800 acadêmicos indígenas em todo o estado. Esse número tende a aumentar ainda mais devido à política de inclusão realizada por meio da Lei Federal nº 12.711, de 29/08/2012 que trata da reserva de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, bem como para aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Esta lei ficou popularmente conhecida como a “Lei das Cotas”.

As cotas para ingresso na educação superior são apenas uma das modalidades de políticas públicas de ação afirmativa e tem como foco principal proporcionar a igualdade de oportunidade de acesso à educação em nível superior àqueles que sofrem discriminações, como negros e indígenas. Porém, anteriormente à Lei das cotas, já estavam em curso no país algumas ações afirmativas para o ingresso e a permanência em algumas universidades. Essas ações se davam de forma aleatória através de algumas leis estaduais ou mesmo de resoluções dos conselhos universitários, espera-

se que com essa nova Lei as ações se padronizem. Paulino (2008) fala sobre as primeiras ações adotadas no país,

Logo após a Lei 13.134/2001 no estado do Paraná, foi promulgada no Rio de Janeiro a Lei estadual 3.708, de 09 de novembro de 2001, que determinou cotas para alunos negros e pardos. A UERJ foi, portanto, a primeira universidade brasileira a instituir as cotas para negros, sendo seguida pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), ambas em 2002. [...] É importante salientar que as iniciativas da UERJ e da UNEB não mencionam a população indígena, estando voltadas somente para afrodescendentes (negros e pardos na UERJ e apenas negros na UNEB). As estaduais do Paraná foram as primeiras instituições de Ensino Superior público a oferecer vagas para indígena em cursos regulares, seguidas da UEMS. (PAULINO, 2008, p. 30).

Com a Lei Estadual nº 2.589 de 26 de dezembro de 2002, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) torna-se a segunda universidade com ação afirmativa para indígenas no país, por meio da reserva de vagas (10% do total, decidido através de deliberação do conselho universitário) nos cursos regulares da instituição. O ingresso foi possível já no vestibular de 2003, disponibilizando, segundo Landa (2009a), um total de 164 vagas para indígenas, de um total de 1.640 vagas, oferecidas naquele ano.

A autora destaca que no ano de 2009 foram matriculados 225 estudantes indígenas, o que evidencia o percentual de evasão (ou não preenchimento) que há nesse nível de ensino, pois se em “2003, disponibilizou um total de 164 vagas para estudantes indígenas” (LANDA, 2009a, p. 80) e a tendência é a universidade aumentar o número de cursos e, conseqüentemente, o número de vagas, esse número deveria aumentar. Seguindo a média do primeiro ano da implantação de cotas, após seis anos, a universidade contaria com aproximadamente mil indígenas matriculados em cursos de graduação da universidade, porém o número de matriculados é menos de um quarto desse total. Salientando que a UEMS no ano de 2014 e 2015 reservou 232 e 241 vagas para indígenas, respectivamente.

De acordo com Landa (2009b), a implantação do sistema de cotas na UEMS, “propiciou a entrada massiva de estudantes indígenas nas mais diferentes áreas do conhecimento, tanto nas licenciaturas quanto nos bacharelados”. Ela enfatiza o alto índice de evasão que ocorre: “algumas hipóteses para isto sugerem que além dos fatores econômicos também os culturais e étnicos interferiram mais significativamente nos resultados da evasão verificada neste nível de ensino” (LANDA, 2009b, p. 1).

Segundo Paladino (2012) a constatação dessa necessidade se deu devido ao índice de evasão sempre elevado, mostrando que as cotas não eram suficientes para acabar com as desigualdades educativas no país. Freitas e Harder (2011) fazem um apanhado geral sobre esse momento de transição onde se constatam que:

A oferta de vagas –enquanto política de acesso –não significou, em muitos casos, disposição ao diálogo e recepção das alteridades indígenas no contexto acadêmico. Ao contrário, há um conjunto de relatos de estudantes indígenas que

ingressam/acessam as universidades públicas brasileiras e logo a seguir enfrentam dificuldades de toda a ordem –administrativas, pedagógicas, políticas, econômicas, interpessoais, etc. –, relacionadas à permanência e manutenção nos cursos. Tais dificuldades indicam idiosincrasias entre a tentativa de efetivação dos direitos relacionados ao reconhecimento da diferença e pluralidade étnica e cultural, presentes na sociedade brasileira, e, por outro lado, a ausência de estruturas administrativas e práticas pedagógicas nas universidades que possibilitem dar consequência, de forma adequada, a essa conjuntura. Exemplo disso está na precariedade de políticas de moradia aos estudantes indígenas e suas famílias que se deslocam aos locais de ensino, ou na inadequação dos calendários letivos aos tempos e espaços dos ritos e das organizações indígenas, em que a presença dos estudantes pode ser considerada de caráter essencial à atualização de seu pertencimento às comunidades de origem (FREITAS; HARDER, 2011, p. 3).

Diante dessas condições percebe-se o grande dilema enfrentado pelos indígenas, ao buscarem seus direitos por uma educação em nível superior, uma vez que encontra de um lado as portas abertas da universidade como um grande pote de ouro no final do arco-íris e do outro, quando adentra essas portas, recai sobre ele o peso de cobranças de todos os tipos. Essa cobrança vai desde a mudança na dinâmica de aprendizagem que é diferente das encontradas nas escolas de ensino médio, até as dificuldades financeiras para chegar, se manter e ter um bom aproveitamento na sala de aula da universidade. Assim, as políticas públicas de ações afirmativas voltadas à permanência desses estudantes nas universidades tornaram-se o grande foco do debate atual.

Na UEMS, além do acesso por meio de cotas, existem também alguns programas destinados a apoiar a permanência dos acadêmicos como o Programa de Assistência Estudantil (PAE) e outros programas de acesso universal, enquanto que o Programa Vale Universidade Indígena (PVUI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-Ações Afirmativas (PIBIC-AAF) são políticas de apoio à permanência, específicas para os grupos diferenciados como indígenas e negros cotistas.

A UEMS, conta ainda com o Departamento de Inclusão e Diversidade (DID–Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários -PROEC) que é o órgão que acompanha as políticas de inclusão social e o combate à exclusão dos grupos histórica e socialmente discriminados dentro da universidade, além de promover o assessoramento e apoio aos estudantes, visando à prevenção da discriminação de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual e de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Há também funcionando junto à universidade o programa ‘Rede de Saberes: permanência de indígenas na educação Superior’, que de acordo com Brostolin e Cruz (2010), foi gestado no final de 2005, em parceria com o Projeto Trilhas do Conhecimento, com recursos da Fundação Ford e gerenciado pelo Laced/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sabendo do contexto e da problemática vivenciada pelos povos indígenas ao ingressarem num curso de graduação, o projeto tinha como objetivo favorecer a permanência dos acadêmicos na educação superior, uma vez que as dificuldades enfrentadas eram muitas e de

diversos modos:

[...] a permanência é um grande problema, já que as dificuldades em manter-se nos cursos/IES são muitas: de ordem financeira: material didático (livros, xerox), alimentação, transporte, moradia; de ordem pessoal acadêmica: defasagem de conteúdos, de exclusão digital, de cumprimento de prazos e horários, de compreensão de textos científicos, o que exige um pensamento mais intelectualizado valorizado pela academia, diferente do estilo de aprendizagem perceptivo do sujeito indígena que aprende através de uma pedagogia indígena comunitária, na relação com a terra, seus pares e com a natureza; e de ordem socioafetiva: dificuldade no relacionamento com colegas e professores devido à timidez e reserva, um traço característico da personalidade do aluno indígena e, muitas vezes, a discriminação e o preconceito explícito ou implícito em atitudes de desvalorização e zombarias (BROSTOLIN; CRUZ, 2010, p. 37).

O programa Rede de Saberes teve início em 2006 e é desenvolvido nas principais universidades do Estado, inicialmente na UEMS e na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sendo inserido a partir de 2008 nas Universidades Federais: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) -campus de Aquidauana, tendo como metas propostas:

A capacitação de docentes, estudantes e pessoal administrativo sobre a questão indígena; participação e ou organização de eventos acadêmicos; apoio à pesquisa de alunos índios; cursos e tutorias para acadêmicos índios; implementação do Centro de Documentação Teko Arandu; preparação de alunos para ingresso em programas de pós-graduação stricto sensu e levantamento da situação de alunos indígenas no ensino superior em MS. (BROSTOLIN; CRUZ, 2010, p.37).

Em Dourados, na UEMS, é oferecida uma estrutura física de apoio para os acadêmicos indígenas, como um centro de convivência e laboratório de informática para realizar pesquisas na internet, assim como fazer e imprimir trabalhos, enquanto que na UFGD ainda está em fase de implantação, contando com uma sala de atendimento aos estudantes, especialmente aos da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND).

A FAIND é fruto de uma luta histórica do Movimento de Professores Guarani e Kaiowá de MS que, na década de 1990, começaram a se reunir para pensar em como construir uma educação diferenciada e de qualidade para os indígenas do Estado. A partir da demanda por formação de professor para a educação escolar no contexto indígena oferecida dentro das aldeias/reservas, foi criado o Curso Normal em Nível Médio de Formação de Professores Guarani e Kaiowá –Projeto Ara Verá (Tempo-espaço iluminado, em guarani) tendo os professores egressos da primeira turma do Projeto Ara Vera, juntamente com o Movimento de Professores Guarani e Kaiowá passado a reivindicar a criação de um curso específico destinado à formação em nível superior de professores das escolas indígenas. Surgiu então o curso de licenciatura intercultural Teko Arandu (Espaço do Saber, em guarani) que depois de muita luta e muito debate, foi aceito e implantado pela UFGD em 2006, vinculado inicialmente à Faculdade de Educação (FAED). Em 2008, passou a ser fomentado pelo PROLIND/ MEC e em maio de 2012 foi criada a FAIND que hoje conta com um bloco próprio

dentro da universidade e já tem intenção de incluir outros cursos voltados à temática indígena e do campo.

Vale ressaltar que apesar da UFGD contar com uma Faculdade específica para atender a formação dos indígenas, foi somente após a Lei Federal nº 12.711/2012, que ficou popularmente conhecida como “Lei das cotas”, que os demais cursos passaram a oferecer acesso diferenciado aos indígenas, negros e egressos de escolas públicas. Em maio de 2013 o Ministério da Educação (MEC) publica a Portaria Nº 389/2013 criando o Programa Bolsa Permanência (PBP), onde os indígenas das universidades federais passaram a ser contemplados com um auxílio financeiro que tem por finalidade “minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

Outra instituição de ensino superior que tem desenvolvido ações afirmativas para indígenas em Dourados é o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) – que concede isenção de 50% (cinquenta por cento) na matrícula e nas mensalidades dos cursos da instituição. Tal iniciativa, segundo Zarpelon e Cordeiro (2009, p.02), é fruto de uma parceria celebrado entre a UNIGRAN e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelo menos desde 2002. Àquela época cada instituição custeava 50% dos valores referentes aos cursos aos quais os indígenas ingressassem, de forma que o estudante pudesse cursar a educação superior de forma gratuita. O último acordo firmado ocorreu em 2006 e atendeu os alunos que ingressaram ou já estudavam na UNIGRAN naquele ano, tendo se estendido até 2012 onde a última estudante a se formar foi do curso de enfermagem.

Após o encerramento da parceria, a UNIGRAN deu continuidade à redução de 50% dos valores pagos em seus cursos, bastando para isso que fosse apresentado algum documento que comprovasse seu pertencimento étnico. Tal política afirmativa ainda é realizada pela instituição, porém, a maioria desses estudantes ingressa na referida instituição através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que oferece bolsas de estudos integrais e parciais em IES privadas para os alunos egressos do ensino médio de escolas públicas tendo em contrapartida a isenção de impostos da referida IES.

Como visto anteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem se tornado um capítulo à parte nas políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a educação escolar indígena no país, especificamente nesse caso, tendo desenvolvido ao longo dos anos várias ações afirmativas voltadas para a educação superior no MS.

A educação escolar indígena foi implantada dentro das terras indígenas a partir da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que foi substituído em 1967 pela FUNAI. Até o início da década de 1990 toda infraestrutura escolar (quando existia) era oferecida pelo órgão indigenista oficial brasileiro, porém através do Decreto nº 26, de 04/02/1991 a FUNAI passa a não ter mais a obrigatoriedade pela execução das ações de Educação Escolar Indígena no país -tendo sido esta obrigação transferida para o

MEC.

A partir de então a FUNAI mesmo não tendo o compromisso, tem apoiado a implantação da educação escolar nas escolas desde os níveis fundamental e médio e, mais recentemente, com cursos de qualificação técnico-profissional, além de diversos programas de permanência de estudantes indígenas matriculados em cursos superiores regulares em IES, assim como o acesso e permanência em licenciaturas específicas. Esse apoio, porém, é realizado de forma mais pontual através de Termos de Cooperação, Ajuda de Custo entre outro, não mais como executora oficial dessas políticas.

Vale lembrar que FUNAI é uma das pioneiras em políticas públicas para os indígenas no Brasil, ela foi um dos primeiros órgãos governamentais a incluí-los em seus quadros profissionais, tanto nos seus setores administrativos como em áreas como a saúde e a educação das quais era a executora das políticas públicas. Na educação, por exemplo, além de incentivar o ingresso e a permanência de indígenas na educação superior, mesmo antes das políticas de ação afirmativas oficiais que vemos hoje, eram contratados indígenas para atuar como gestores escolares e professores.

Outro exemplo vem de Lima, Barroso-Hoffmann e Peres (2003, p. 11) ao dizer que as bolsas de estudos eram pagas pela FUNAI “a um número de em torno de 1.000 estudantes indígenas, matriculados ao largo do país, em geral em universidades particulares, pois têm dificuldades de acesso às universidades federais”.

Assim como Paladino (2012, p. 177) afirma que no ano de 2003, quando a implantação de ações afirmativas nas universidades públicas estava no seu início, a FUNAI era o único órgão de governo que atendia parcialmente à demanda indígena por educação superior, através da concessão de auxílio financeiro ou bolsas, sendo em sua maioria destinados a pagar a matrícula e as mensalidades em universidades privadas, que recebiam 60 a 70 % dos alunos indígenas matriculados nas IES naquele ano. Por outro lado, a autora destaca as dificuldades do órgão indigenista em implantar as políticas afirmativas de forma suficientemente satisfatória, uma vez que esse órgão trabalha com recursos humanos e financeiros limitados.

Desta forma, entendemos por bem incluir o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro neste trabalho sobre as ações afirmativas para estudantes indígenas na educação superior no município de Dourados, MS, devido a sua relevância e pioneirismo nas ações afirmativas visando a permanência dos indígenas durante a graduação até a conclusão de seus cursos, procurando assim garantir o direito constitucional à educação.

Dentre as ações afirmativas realizadas pela FUNAI em Dourados e cidades vizinhas que fazem parte do cone sul do estado de Mato Grosso do Sul, constata-se que, pelo menos, desde 1.999 é ofertado pela instituição o pagamento de parte das mensalidades dos estudantes indígenas em cursos de nível superior em IES privada no município. Outra ação desenvolvida foi o apoio para o deslocamento dos mesmos até as universidades (UEMS, UFGD e UNIGRAN) oferecendo passes rodoviários urbano

E no ano de 2006 teve início o curso de licenciatura intercultural indígena, *Teko Arandu* na UFGD, os indígenas que ingressaram no curso também foram alvos das ações afirmativas da referida Fundação, era oferecido locação de veículo para transportar os acadêmicos indígenas (que em sua maioria davam aulas em suas aldeias).

A Fundação manteve também, a partir de 2006, uma casa para receber os estudantes indígenas (Casa do Estudante), onde custeava além do aluguel, as despesas como água, energia, comida e materiais de higiene e limpeza. Em outros casos, forneceu passagens rodoviárias para os estudantes indígenas participarem do Vestibular Indígena na Universidade Federal do Paraná (UFPR), no município de Guarapuava, PR em 2007 e a participação nos exames unificados de Pós-Graduação, visando ingresso em curso de mestrado, além de auxílio financeiro para deslocamento e participação em curso de pós-graduação em Campo Grande, MS.

A participação dos indígenas em encontros e cursos de formação, visando o fortalecimento do controle social também foi motivo de incentivo por parte da FUNAI que apoiou essa participação através do fretamento de veículos (ônibus ou van) para conduzir professores e acadêmicos indígenas para participar de eventos como na “I Conferência Nacional da Educação Escolar Indígena – I CONEEI”, em novembro de 2009 e do “1º Congresso Brasileiro de Acadêmicos Indígenas, pesquisadores e profissionais indígenas”, em julho do mesmo ano, ambos em Brasília-DF.

Em ações mais pontuais eram oferecidos ajuda de custos aos acadêmicos de forma a cobrir suas despesas com moradia e alimentação, com transporte, com provas substitutivas entre outros. Atualmente, ainda vigora o Termo de Cooperação da FUNAI com a UEMS visando auxiliar no transporte diário dos acadêmicos indígenas até a universidade, fornecendo passes rodoviários urbanos durante o período letivo e, nas férias, o retorno para as aldeias de origem desses estudantes, quando estas são mais longínquas como no caso dos estudantes do Estado do Amazonas e do Mato Grosso.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UEMS foi uma das universidades brasileiras que primeiro instituiu a política de cotas para indígenas, porém percebe-se que não se avançou muito na efetividade dessas políticas, uma vez que a lei que instituiu as cotas não mencionou a questão da permanência dos indígenas na universidade e o quadro que se tem hoje é de bolsas de auxílios em pequena quantidade e os baixos valores ofertados, que não são suficientes para suprir as necessidades que se dispõem gerando um alto índice de evasão.

As demais instituições aqui pesquisadas desenvolvem trabalhos relevantes e, de forma diferenciada, apoiam os acadêmicos indígenas. Uma com apoio pedagógico,

disponibilizando material para estudo, como computadores, impressão de textos e trabalhos, além de monitorias, enquanto que a outra tem procurado apoiar o deslocamento dos acadêmicos até a universidade e em casos específicos, dar condição de que alguns indígenas que moram em outros estados regressarem ao convívio de seus familiares para que assim não percam o vínculo com a sua comunidade e fortaleçam os seus laços culturais.

Verificou-se que a maioria das ações afirmativas em curso atendem de forma pontual os problemas e desafios encontrados pelos acadêmicos indígenas na cidade de Dourados, MS (e aparenta não ser diferente no restante do país). Porém, sabemos que somente uma política articulada e contínua será capaz de reduzir a imensa dívida histórica e social que a sociedade brasileira tem para com a população indígena, submetida à exclusão de todas as formas. Lembrando que ação afirmativa não é uma discriminação, mas sim, uma reparação que busca a igualdade de oportunidade àqueles que sofreram imensas perdas com a imposição de hábitos culturais e sociais ao longo dos últimos séculos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR. Curitiba, 2010. 586 f. Disponível em: <[http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010\\_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf](http://www.ppge.ufpr.br/teses%20d2010/d2010_Wagner%20Roberto%20do%20Amaral.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 18.

BRAND, Antônio. Os acadêmicos indígenas e as lutas por autonomia de seus povos. In: **Gramsci e os movimentos populares**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 201-214.

BROSTOLIN, Marta Regina; CRUZ, Simone Figueiredo. Educação e sustentabilidade: o porvir dos povos indígenas no ensino superior em Mato Grosso do Sul. **Interações** - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 11, n. 1, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/910.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CORDEIRO, Maria José J.A. **Negros e indígenas cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso**. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/390.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

FREITAS, Ana Elisa Castro e HARDER, Eduardo. Alteridades indígenas no ensino superior: perspectivas interculturais contemporâneas. **Anais... XI REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL**, Curitiba, junho de 2011. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/?publicati on=alteridades-indigenas-no-ensino-superior-perspectivas-interculturais-contemporaneas>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa Gomes. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LANDA, Beatriz dos Santos. Os desafios da permanência para os estudantes indígenas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul -UEMS. In: Adir Casaro Nascimento; Eva Maria Luiz Ferreira; Rosa Sebastiana Colman; Suzi Maggi Kras. (Org.). **Povos indígenas e sustentabilidade: saberes e práticas interculturais nas universidades**. Campo Grande: Editora da UCDB, 2009a, v.,

p. 80-85. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/361.pdf>>. Acesso: 02 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Programa Rede de Saberes na UEMS**: a permanência de estudantes e a visibilidade da questão indígena. Dourados: UEMS, 2009b. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 4., abr. 2009b. UFGD, Dourados-MS.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria; PERES, Sidnei Clemente. Notas sobre os Antecedentes Históricos das Idéias de “Etnodesenvolvimento” e de “Acesso de Indígenas ao Ensino Superior” no Brasil. **Trilhas de Conhecimento**. 2003. Disponível em: <[http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto\\_Etnodesenvolvimento\\_e\\_Ensino\\_Superior\\_Indigenas.pdf](http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/artigos/arquivos/Texto_Etnodesenvolvimento_e_Ensino_Superior_Indigenas.pdf)>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. **O Programa Universidade para Todos e a inserção de negros na educação superior**: a experiência de duas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul –2005-2008. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade de São Carlos, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2244/2973.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-218. nov. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PALADINO, Mariana. **Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 175-195, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5062>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PAULINO, Marcos Moreira. **Povos Indígenas e Ações Afirmativas**: O caso do Paraná. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/marcos\\_paulino.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/marcos_paulino.pdf)>. Acesso: 10 fev. 2018.

ZARPELON, Shirley F.; CORDEIRO, Maria J. J. A. **Indígenas cotistas ingressantes na UEMS em 2004**: levantamento e análise das causas de evasão, face às ações de permanência desenvolvida pela instituição, 2009. Disponível em: <[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uems\\_artigo\\_2009\\_SFZarpelon\\_MJdeJACordeiro.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/uems_artigo_2009_SFZarpelon_MJdeJACordeiro.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2018.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-96-3



9 788585 107963